

AJUSTE DIRETO

CONVITE

Procedimento por “Ajuste Direto”: **AJ/10/2025 - PPC**

NIPG n.º 23855/24

Contratação: “Aquisição de Rádios Portáteis para o Serviço Municipal de Proteção Civil”

Exmo. (s) Senhor (es)

Tendo em vista a contratação acima referida, convida-se V. Exas. a apresentar uma proposta de acordo com as especificações constantes no caderno de encargos, que se anexa.

Nos termos das disposições legais em vigor, não poderão V. Exas. estar abrangidos pelos impedimentos previstos no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do mesmo diploma legal. Em consequência, aquando da apresentação da proposta, é obrigatória a apresentação da “Declaração – a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP”, conforme Anexo I do CCP e, aquando da celebração do respetivo contrato, é obrigatória a apresentação da “Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP”, conforme Anexo II do CCP.

Em tudo o não especificado no presente Convite e respetivo Caderno de Encargos, aplicam-se subsidiariamente, as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Anexo – Termos e condições;

Anexo I – Declaração de Compromisso a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP

Anexo II – Modelo de Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP

Anexo III – Modelo de Proposta

Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimentos

Anexo V – Modelo de Declaração Consentimento de Tratamento de Dados

Anexo VI – Modelo de Identificação do Interlocutor/Gestor de Contrato

ANEXO VII – Modelo de Decomposição de Preços

CONVITE

Ajuste Direto: AJ/10/2025 - PPC

NIPG n.º 23855/24

Contratação: “Aquisição de Rádios Portáteis para o Serviço Municipal de Proteção Civil”

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

Município de Óbidos

NIPC: 506 802 698

Morada: Largo de São Pedro, 2510-086 Óbidos

Telefone: 262 955 500/531

Endereço eletrónico: servico.compras@cm-obidos.pt

Plataforma eletrónica: www.acingov.pt

2. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual, conjugado com os artigos n.ºs 36.º, 38.º e n.º 2 do 40.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

3. OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem como objeto principal a **“Aquisição de Rádios Portáteis para o Serviço Municipal de Proteção Civil”**, de acordo com as obrigações e especificações técnicas previstas no Caderno de Encargos.

O objeto do contrato encontra-se definido com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com os Códigos **CPV – 32344280-2 Rádios portáteis**, nos termos do Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28,11/2007, aplicável a partir de 15/09/2008.

O convite é feito de acordo com o disposto no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e é tramitado exclusivamente através da plataforma eletrónica www.acingov.pt utilizada pelo Município de Óbidos, sendo o presente procedimento, em tudo o que nele não estiver previsto, regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

O Serviço Requisitante fundamenta a necessidade de recurso à presente contratação nos termos seguintes: ***“Tendo-se verificado a necessidade de dotar o Serviço Municipal de Proteção Civil, com equipamentos portatéis de telecomunicações para serem utilizados na Rede Estratégica de Proteção Civil e rede SIRESP, no âmbito das operações de proteção e socorro sendo os equipamentos indispensáveis para as comunicações rádio com os outros Agentes de Proteção Civil.*”**

O SMPC não dispõe de equipamentos SIRESP, que é uma rede nacional que permite as comunicações de emergência e segurança com todos os agentes de Proteção Civil. Propõe-se a aquisição para os fins a que se destina.”

O procedimento de ajuste direto consubstancia-se no facto de o valor do contrato a celebrar ser inferior a 20.000,00 € (vinte mil euros) enquadrando-se assim no disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, respeitando os princípios da economia e celeridade processual, bem como no facto de o Município de Óbidos não dispor de recursos próprios para a realização da necessidade a satisfazer.

5. ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES

No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a entidade convidada pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que apenas possam ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

Nos termos do disposto no artigo 116.º do CCP, quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a 9 (nove) dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação da proposta, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pela entidade convidada a apresentar proposta, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo não sejam por ele expressamente aceites.

Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

A proposta deve ser apresentada até às **23h59m** do dia **04 de março de 2025**.

A proposta deve ser apresentada exclusivamente através da plataforma eletrónica www.acingov.pt.

7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

A proposta a apresentar deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Formulário principal**, devidamente preenchido, disponível na plataforma eletrónica de contratação pública;
- b) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada nos moldes do **Anexo I** do CCP (declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- c) Documento que contenha os termos e condições**, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, em conformidade com o **Anexo III** e **Anexo VII** este convite:
 - **Preço contratual total**, sem inclusão do IVA;
 - **Preço unitário dos bens**, sem inclusão do IVA;
 - **Prazo de entrega dos bens**;
 - **Prazo de garantia dos bens**;

- **Documento que indique as características do bem proposto, demonstrativo da sua conformidade com as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.**

d) Certidão do registo comercial ou código da **certidão permanente** da sociedade, procuração ou outros documentos que indiquem o poder de representação e assinatura do assinante.

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP, integram também a proposta, quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos, expressos em euros, e **não incluem o IVA.**

Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

Todos os documentos apresentados pelo concorrente, incluindo os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com os artigos 54.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Os certificados a que se refere o parágrafo anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em: www.gns.gov.pt).

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ata ou procuração.

8. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, aceitando-se, no entanto, estrangeirismos e termos técnicos usuais no objeto do contrato a celebrar.

9. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O prazo da obrigação de manutenção da proposta é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação da mesma.

11. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

A entidade adjudicante reserva-se o direito de não adjudicar quando se verifique alguma das condições previstas no artigo 79.º do CCP.

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao Código dos Contratos Públicos, conforme o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documentos comprovativos de não se encontrar na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, nomeadamente:
 - i. **Certificado de registo criminal**, para efeitos de contratação pública, da sociedade, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. **Certificado de registo criminal**, para efeitos de contratação pública, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - iii. Certidão comprovativa de que tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - iv. Certidão comprovativa de que tem a situação regularizada relativamente a **impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP.

- c) Declaração de Inexistência de Impedimentos, conforme minuta apresentada no **Anexo IV** a este convite;
- d) Declaração do Consentimento para Tratamento de Dados, conforme **Anexo V** a este convite, **em número equivalente ao número de titulares que forneçam dados pessoais;**
- e) Comprovativo de inscrição no **RCBE** (Registo Central do Beneficiário Efetivo), atualizado à data de entrega, ou, em alternativa, facultar à Entidade Adjudicante o respetivo código de acesso, em conformidade com o previsto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual;
- f) **Documento com a designação do responsável que represente o adjudicatário**, conforme **Anexo VI**, o qual servirá de interlocutor entre as partes para resolução e/ou conhecimento de qualquer assunto inerente ao objeto do contrato, com indicação do nome, contacto(s) telefónico(s) e endereço de correio eletrónico, acompanhado de Declaração do Consentimento para Tratamento de Dados conforme Anexo V a este convite.

O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação da entidade adjudicatária, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a **5 (cinco) dias**, tal como dispõe o n.º 2 do artigo 85.º do CCP.

Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do n.º1 do artigo 86.º do CCP, a entidade adjudicante notifica a entidade adjudicatária relativamente ao facto, fixando-lhe um prazo de **2 (dois) dias úteis**, para que este se pronuncie por escrito ao abrigo da audiência prévia, nos termos do n.º2 do artigo 86.º do CCP.

Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável à entidade adjudicatária, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo de **5 (cinco) dias úteis** para suprimimento das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.

A não apresentação dos documentos de habilitação, faz caducar a adjudicação, nos termos do artigo 86.º do CCP.

13. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Nos termos do disposto do n.º 4 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, e sob pena da caducidade da adjudicação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizados.

14. CAUÇÃO

Atendendo a que o valor do preço contratual é inferior a 500.000,00 €, não é exigida caução nem se procederá a retenção nos pagamentos, em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

15. CONTRATO

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, não é exigível a redução do contrato a escrito.

De acordo com o disposto n.º 3 do citado artigo, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

16. PUBLICITAÇÃO

O procedimento de ajuste direto está sujeito a publicitação, em conformidade com o disposto no artigo 127.º do CCP.

17. CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais, que o adjudicatário deverá ter em conta na apresentação da sua proposta, são as constantes do Caderno de Encargos anexo ao presente convite e que dele faz parte integrante.

18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que o presente convite for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

A Técnica Superior

Sandra Pedro

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a).....

b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data),[assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b*) e *c*) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea *i*) da alínea *b*) ou alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações prevista no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de Proposta

a) (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), propõe-se a entregar os bens a que se refere o procedimento de contratação pública designado _____, no **prazo máximo** de _____ dias, a contar da data da receção do inerente Compromisso/Requisição Externa de Despesa, em conformidade com o caderno de encargos, pelo **preço contratual total** de _____ € (_____), o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

b) Prazo de garantia: _____

c) Documento que indique as características técnicas dos bens propostos, demonstrativos da sua conformidade com as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.

d) **Preços Unitários:** Anexo VII Modelo de Decomposição de Preços

À quantia supramencionada assinale com **X** o regime de IVA aplicável:

- **23%** _____
- **13%** _____
- **6%** _____

... (local), ... (data), ... [assinatura].

ANEXO IV

Modelo de declaração de Inexistência de Impedimentos

(n.º 3 e 4 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos)

1 - Para efeitos do disposto do n.º 3 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos (identificação do concorrente) _____, NIF n.º _____, na qualidade de adjudicatário à execução do contrato no âmbito do procedimento com referência _____, neste ato representada por _____ que declara, sob compromisso de honra, que a entidade por si representada não se encontra abrangida pelas situações previstas no n.º 4 do referido artigo.

2 - O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no n.º 4 do artigo 1.º-A do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização à entidade adjudicante e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

[..... (local), (data),[assinatura(s)].

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONSENTIMENTO TRATAMENTO DE DADOS

1 - Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, informo que, eu _____, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º _____, fui informado/a que o Município de Óbidos irá recolher junto da entidade _____, dados pessoais dos quais sou titular para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

2 - Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de seleção do adjudicatário no procedimento _____, e que no caso da entidade _____ vir a ser o adjudicatário, os meus dados serão elementos integrantes do contrato a celebrar.

3 - Fui também informado/a que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo, eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.

4 - Fui, ainda, informado/a que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Assinatura

ANEXO VI

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO INTERLOCUTOR/GESTOR DE CONTRATO

..... (nome), na qualidade de Interlocutor/Gestor do Contrato delegado pela (firma, entidade, sociedade comercial, etc), o qual deve cumprir a gestão de contrato como previsto na Cláusula do Caderno de Encargos, disponibilizando para isso os seguintes contactos:

1) Nome: _____;

2) Email: _____;

3) Número de telemóvel: _____;

... (local), ... (data), ... [assinatura].

ANEXO VII – MODELO DE DECOMPOSIÇÃO DE PREÇO

DESCRIÇÃO	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
EQUIPAMENTO PORTÁTIL MOTOROLA OU EQUIVALENTE PARA A REDE ROB			
E/R PORTÁTIL MOTOROLA R7 PREMIUM OU EQUIVALENTE COM TECLADO E DISPLAY <u>Especificações:</u> 1000 canais, VHF (136-174 MHz), 1/4 w, funcionamento em analógico, digital e em sistemas IP Site Connect, Capacity Plus, Linked Capacity Plus e Capacity Max, teclado completo e display, 3 botões laterais programáveis e 2 botões frontais, display a cores 2.4" QVGA 320x240 píxeles, botão de emergência, cumpre normas IP68 e IP66, MIL-STD 810 H, trabalhador solitário, potente altavoz até 107 phons, Man Down, interrupção de transmissão, supressão de ruído ambiente com 2 microfones, anúncio de canal por voz, mensagens de texto lidas por voz. <u>Licenças Activas:</u> Homem caído, BT, WiFi, GNSS (constelações GPS e outras), localização em interiores, controlo mediante comandos AT por Bluetooth, gravação de áudio, sensor genérico BT. <u>Dimensões e Peso:</u> 132x56x35 316 gr <u>Inclui:</u> Unidade de radio, clip de cinturão 2.5", bateria Impress iões de lítio 2450mAh IP68, antena, carregador unitário Impress, protector conector de acessórios. PROGRAMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NAS REDES ROB E REPC	3	0,00€	0,00€

	1	0,00€	0,00€
ACESSÓRIOS PARA MOTOROLA R7 OU EQUIVALENTE			
BATERIA MOTOROLA IMPRESS IÕES DE LÍTIO 2450 mAh IP68 OU EQUIVALENTE	2	0,00€	0,00€
CARREGADOR VEÍCULAR PARA MOTOROLA OU EQUIVALENTE	1	0,00€	0,00€
EQUIPAMENTO PORTÁTIL PARA A REDE SIRES			
E/R MOTOROLA MTP3550 OU EQUIVALENTE	4	0,00€	0,00€
<u>Especificações:</u> 350-470 MHz, potência de 1.8W, conector múltiplo, IP65, IP66, IP67, software interno MR18.0 sem encriptação. <u>Licenças Ativas:</u> GPS, Bluetooth e TEA2 <u>Dimensões e Peso:</u> 124 x 55 x 33,5 mm 280 g <u>Inclui:</u> Unidade de rádio; antena média (80mm) RF-GPS, bateria de iões de lítio 2200 mAh, clip de cinturão 2.5", carregador duplo de bateria (rádio e bateria), guia rápido de utilizador.			

ACESSÓRIOS PARA MOTOROLA MTP3550 OU EQUIVALENTE			
BATERIA MOTOROLA OU EQUIVALENTE IÕES DE LÍTIO 2200 mAh	3	0,00€	0,00€
CARREGADOR VEÍCULAR MOTOROLA OU EQUIVALENTE (CABO A ISQUEIRO) A 12Vdc E24Vdc	2	0,00€	0,00€